



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ATA -

2ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2026

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

[Mandato 2025-2027]

Brasília - DF, 16 de abril de 2026

I. Abertura e boas-vindas

1. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) realizou a 2ª Reunião Plenária Ordinária de 2026 no dia 16 de abril de 2026, de 09h00 às 18h00, de forma remota. A abertura da reunião e a coordenação dos trabalhos foram realizadas pela Presidenta do Consea, Elisabetta Recine.
2. Participaram da 2ª Reunião Plenária Ordinária de 2026, conforme a lista de presença: 22 (vinte e dois) representantes de Organizações da Sociedade Civil componentes do Consea; 03 (três) representantes de Ministérios componentes do Consea; 04 (quatro) Presidentes de Conseas Estaduais; 04 (quatro) representantes de organizações da Sociedade Civil que são membros observadores do Consea; e 28 (vinte e oito) participantes integrantes de instituições governamentais e da sociedade civil que têm relação com a agenda de segurança alimentar e nutricional, mas que não são conselheiros titulares ou suplentes. Registra-se que as listas de presença, por categoria, estão arquivadas na Secretaria-Executiva do Consea.
3. Esta ata contém o seguinte anexo: A - Pauta da 2ª Reunião Plenária Ordinária 2026.
4. A Secretaria-Executiva do Consea confirmou a existência de quórum regimental na Plenária.
5. A presidenta do Consea apresentou a pauta da presente reunião, que foi aprovada pelo plenário sem alterações e sem quaisquer manifestações (Anexo A).
6. Em seguida, Elisabetta Recine deu início formal aos trabalhos, destacando a multidimensionalidade da agenda de soberania e segurança alimentar e nutricional. Elisabetta contextualizou a plenária e o tema do Brasil fora do Mapa da Fome, ressaltando a legitimidade do enfoque na fome, mas também trazendo outros elementos que ultrapassam essa dimensão. A presidenta introduziu, ainda, os nomes e os temas previstos para a conversa.

II. Mesa: Brasil fora do Mapa da Fome e desafios para ampliar o reconhecimento da importância e legitimidade da agenda de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) / Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) para além da fome

7. Ao convidar Sofia Monsalve para fazer uso da palavra, a presidenta do Consea destacou a alegria coletiva pela sua nomeação como Relatora Especial da ONU sobre o Direito à Alimentação, oferecendo apoio ao seu mandato e celebrando os avanços que serão possíveis para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no Brasil, na região e em todo o mundo.
8. Sofia Monsalve começou sua fala agradecendo o apoio do Consea e de muitos presentes à sua candidatura. Ressaltou a importância de ser apoiada por um país que demonstra que é possível promover o DHAA, algo fundamental na conjuntura internacional, pois coloca a alimentação no centro da proteção à vida. Felicitou o Consea pela conquista do Brasil ao sair do Mapa da Fome, destacando que esse resultado evidencia a participação social como elemento central para a realização da soberania alimentar e popular. Recordou o momento em que o Consea foi desmontado e a forma como a sociedade civil conseguiu promover uma resistência ativa e criativa, citando o Banquetaço, o que considerou fundamental para as conquistas atuais. Segundo Sofia, outros lugares do mundo, em condições difíceis e dolorosas, necessitam dessa resistência. Ressaltou, ainda, a relevância da trajetória e da atuação do Consea nesse cenário.
9. Sobre a interação entre as políticas nacional e internacional, a Relatora da ONU destacou a volatilidade geopolítica, que ocorre simultaneamente à volatilidade climática, cuja crise está se acentuando. Ressaltou que é urgente identificar a vulnerabilidade dos sistemas alimentares nesse contexto. As cadeias globais estão conectadas e precisam ser transformadas para que os sistemas alimentares sejam mais resilientes e justos. Destacou a necessidade de um enfoque holístico. Deu o exemplo do conflito envolvendo os Estados Unidos (EUA), Israel e o Irã e seus efeitos no preço dos alimentos, visto que o custo do petróleo está diretamente relacionado ao custo dos alimentos, citando a produção de fertilizantes. Informou que está prevista uma nova crise nos preços dos alimentos. Ressaltou a importância de cada país realizar uma análise de vulnerabilidade diante do contexto e pensar alternativas de soberania alimentar. Reforçou a necessidade de avançar em direção a soluções agroecológicas e a sistemas alimentares territoriais.
10. Segundo a Relatora, acadêmicos e pesquisadores estão estudando ações para controlar a inflação dos alimentos e reativar mecanismos de intervenção nos mercados. Destacou a questão da concentração dos mercados de distribuição e comercialização de alimentos e de insumos, que usam momentos de crise para aumentar ainda mais suas margens de lucro. Trouxe, ainda, a discussão sobre os estoques de alimentos e fertilizantes, bem como sobre sementes e do abastecimento.

11. Frisou, novamente, a necessidade de que cada país tenha análises próprias de vulnerabilidades, para organizar sua capacidade de reação. Destacou que essa análise também está conectada à reestruturação macroeconômica, à questão do acesso à terra e à financeirização desse acesso e dos sistemas alimentares. Citou casos de empresas que aumentaram sua presença no mercado financeiro, como, por exemplo, a BlackRock, indicando um aprofundamento da financeirização, com destaque para seus avanços sobre os países do Sul Global.
12. Finalizando este ponto de sua fala vinculado às reestruturações macroeconômicas, ressaltou a importância de olhar para a questão tributária, visto que o agronegócio é subsidiado por meio de isenção de impostos. Ressaltou que essa discussão deve caminhar junto com a necessidade de revisar e fortalecer as finanças públicas.
13. Trouxe, ainda, um segundo elemento para reflexão sobre os impactos na agenda de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN): as guerras, os conflitos e as violências, que já conhecemos há tempos, mas que parecem estar se aprofundando. Nesse tema, destacou como as medidas coercitivas unilaterais (sanções) estão gerando impactos cada vez mais danosos ao exercício da soberania nacional e nas cadeias de fornecimento de fertilizantes, tecnologia, sementes, entre outros insumos, bem como nos setores de seguros, transporte e ajuda humanitária. Reforçou ainda os efeitos nocivos dessas medidas sobre a alimentação, especialmente em relação aos preços e à qualidade da alimentação.
14. Exemplificou com o caso cubano e seus impactos sobre a segurança alimentar e nutricional da população. Como outro exemplo, mencionou a Venezuela, destacando acontecimentos políticos ocorridos no país e as restrições relacionadas à comercialização do petróleo venezuelano pelos Estados Unidos (EUA). Ressaltou os possíveis impactos dessas medidas sobre a autonomia e a capacidade de decisão dos países afetados, bem como a necessidade de ampliar a atenção ao tema no atual contexto de volatilidade geopolítica, uma vez que não se sabe quando outras nações poderão ser afetadas.
15. Em paralelo, destacou a normalização e a desumanização dos conflitos, observando que as sanções impostas a populações inteiras podem afetar o acesso à alimentação e aos medicamentos, atingindo inclusive a ajuda humanitária, citando os casos de Gaza e do Sudão. No caso colombiano, destacou que os camponeses e as camponesas identificam que a lógica de coerção e de domínio militar impede o desenvolvimento territorial. Lembrou que é necessário investigar melhor os efeitos da lógica de coerção econômica em curso na América Latina.
16. Reforçou a necessidade de mais cooperação internacional, principalmente mediante sanções, bem como de mecanismos multilaterais que regulem e tornem possível essa reestruturação macroeconômica nos campos do comércio e das finanças. Criticou os espaços multilaterais para alimentação e a agricultura que não têm realizado esforços suficientes para regulamentar as relações e o uso do poder coercitivo econômico no

campo da alimentação. Diante de um cenário complexo e das condições geopolíticas atuais, esses avanços tornam-se ainda mais urgentes.

17. Destacou que, nas discussões vinculadas à reforma da ONU, da FAO e de outros espaços multilaterais, regionais e iniciativas, como os BRICS, seria importante retomar, de fato, essa agenda de responsabilidade coletiva. Destacou, ainda, a relevância da participação social nesses espaços, especialmente, para dar continuidade às formas criativas de resistência.
18. A presidenta do Consea agradeceu à Relatora Especial da ONU para o Direito Humano à Alimentação pelos elementos relevantes apontados, que repercutem no Brasil e na região, tais como as sanções econômicas que têm gerado tensões ao país. Segundo Elizabetta, há uma percepção de que a estratégia consiste em gerar processos de instabilidade política, econômica etc. Outro elemento que destacou como relevante foi a volatilidade política como elemento de controle e ameaça.
19. Elizabetta registrou a presença do representante regional da FAO, Jorge Meza, na plenária e, em seguida, passou a palavra a Arilson Favareto, agradecendo as contribuições da Cátedra Josué de Castro para o apoio técnico às questões centrais da agenda do Consea.
20. Arilson Favareto agradeceu o convite do Consea para participar da plenária. Começou ressaltando a contribuição do sistema alimentar para as mudanças climáticas, respondendo por cerca de três quartos das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) em âmbito nacional, considerando efeitos diretos e indiretos, como as mudanças no uso da terra e o desmatamento, e por cerca de um terço das emissões em âmbito global. Destacou, ainda, a contribuição do sistema agroalimentar para o que a literatura científica chama de “limites do planeta”, sendo que das nove fronteiras de limites planetários, sete já foram ou estão sendo ultrapassadas, com pelo menos cinco delas sendo fortemente influenciadas pelo funcionamento do sistema agroalimentar.
21. Exemplificou com as implicações do uso excessivo de plásticos, transgênicos, depósitos de elementos químicos, como o nitrogênio e o fósforo, que são dois componentes fundamentais dos fertilizantes químicos utilizados na agropecuária convencional. Ressaltou que é preciso encontrar uma saída sistêmica, que seja capaz de alterar esse conjunto de interdependências, que promova mudanças nas estruturas e nas formas de funcionamento do sistema agroalimentar. Caso contrário, a produção, a transformação e o consumo de alimentos permanecerão sendo um dos principais vetores do agravamento da crise ambiental. Frisou que, no âmbito da Cátedra Josué de Castro, tem sido defendida a diversidade dos sistemas alimentares.
22. Ressaltou o conceito de tripla monotonia para caracterizar o sistema alimentar hegemônico no país. A monotonia genética indica que, apesar da enorme diversidade existente, sobretudo de plantas, a alimentação humana se baseia cada vez mais em um pequeno conjunto de espécies, sendo que seis delas respondem por mais de 70% das calorias ingeridas de origem vegetal. Ademais, tem ocorrido a eliminação da

biodiversidade dos solos, substituída pelo uso excessivo de fertilizantes, bem como a utilização da monotonia genética dos animais para a criação e o aumento da oferta de proteínas em escala global.

23. Já a monotonia da paisagem aponta que estamos substituindo cada vez mais paisagens ricas em biodiversidade e sociobiodiversidade por paisagens monótonas. Por fim, a monotonia da alimentação, com perda da diversidade daquilo que vai para o prato das pessoas, com uma alimentação cada vez mais baseada no consumo de ultraprocessados. Reverter a monotonia significa valorizar a diversidade.
24. Um segundo elemento importante trazido por Arilson foi o entendimento de que a dramaticidade da crise climática pode nos levar a imaginar que nada está sendo feito, o que, segundo ele, não corresponde à verdade. Ressaltou a necessidade de olhar para o movimento das mudanças, que estão por todos os lados. De todo modo, é preciso reconhecer que são mudanças lentas e ambíguas.
25. Observou que há, atualmente, mais investimento em energias renováveis do que nas fontes fósseis, o que demonstra como a sociedade e os atores econômicos têm se reposicionado diante desse contexto. Além disso, destacou os avanços das práticas agroecológicas, que deixam de ser vistas apenas como alternativas e passam a apresentar aplicações concretas, como é o caso dos bioinsumos, hoje utilizados também por grandes produtores.
26. Nesse contexto, destacou que, com a aprovação de uma lei de bioinsumos no Brasil, observa-se um movimento das grandes corporações para incorporar essa inovação e transformá-la em mais um produto controlado e comercializado por grandes empresas. Além disso, apontou mudanças no âmbito institucional, com políticas nacionais inovadoras alinhadas à perspectiva da alimentação saudável e sustentável.
27. Nesse ponto, ressaltou que a agricultura e a pecuária regenerativas têm sido incorporadas, ainda que parcialmente, por grandes produtores. Segundo ele, essas práticas não deveriam ser rejeitadas, mas é preciso assegurar coerência em sua implementação, evitando que a incorporação seja apenas retórica. Defendeu a necessidade de reconciliar o sistema agroalimentar e as tecnologias de forma mais coerente e profunda e rápida.
28. Ressaltou que os eventos geopolíticos internacionais, abordados anteriormente por Sofia, têm impactado sobremaneira o Brasil, inclusive tornando mais vulnerável seu sistema agroalimentar, um setor extremamente importante para o país.
29. Destacou que, se mantida a trajetória atual e inércia, a humanidade caminha para um aquecimento global de cerca de 3 graus, podendo caminhar a 4 graus. Assim, reconhecer as inovações não significa ser otimista, porque elas são insuficientes.
30. Outro ponto trazido, que pode parecer paradoxal, é que, apesar disso tudo, estamos caminhando para uma agropecuária de baixo carbono, considerando que o modelo atual de produção é insustentável do ponto de vista econômico. Na sua interpretação, existem três mecanismos de competitividade na agropecuária brasileira.

31. O primeiro mecanismo seria o de competitividade legítima, que vem sendo fortemente abalada. Um elemento desse processo é a perda de eficácia de determinados insumos e práticas produtivas: a produção atual apresentaria retorno proporcionalmente inferior ao observado em décadas anteriores, uma vez que os insumos têm se tornado cada vez menos eficazes, e o uso intensivo de fertilizantes químicos tem afetado a fertilidade natural dos solos. Outro elemento que compromete a competitividade legítima é o aumento dos custos de produção, associado à redução da margem de lucro e ao crescente endividamento dos produtores agropecuários.
32. A segunda forma de competitividade do agro brasileiro é a competitividade natural. Segundo Arilson, o Brasil possui vantagens comparativas com relação aos agricultores do Norte Global, como a incidência solar, a fertilidade natural dos solos e a abundância de terras e recursos hídricos. Contudo, essa vantagem também tem sido perdida pelos efeitos das mudanças climáticas, com redução, no Brasil, por exemplo, da disponibilidade hídrica.
33. A terceira forma de competitividade deste setor seria a competitividade espúria, que envolve a não implementação de políticas públicas estratégicas, como o Código Florestal; o perdão de dívidas; e a apropriação de terras públicas, entre outros aspectos.
34. Outro elemento que Arilson agregou à discussão foi a forma como os atores envolvidos têm reagido a esse contexto de crise. Em escala global, há uma enorme dificuldade de resposta a esse cenário. Relatou que, no contexto da COP30, observou-se um movimento considerado errático: o tema dos sistemas agroalimentares não aparece de forma constante e o discurso não está alinhado ao da transição energética. Dessa forma, avaliou que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) não serão alcançados. Defendeu que as COPs do Clima e da Biodiversidade deveriam ter metas mais claras e alinhadas entre si.
35. Destacou que a dicotomia entre setores conservadores e progressistas pode ser equivocada, pois há muitas maneiras de tratar essa agenda em ambos os campos. No âmbito dos setores progressistas há a coexistência de experimentações no chão das cidades e das áreas rurais, mencionando as experiências de agroecologia e os circuitos curtos de comercialização, bem como visões de caráter antissistêmico. Avaliou que quando se observa o Estado, governado por setores progressistas, constata-se a prevalência de posições igualmente ambíguas.
36. Um exemplo citado como expressão dessa ambiguidade foi o da crise relacionada à importação de fertilizantes, quando a janela de oportunidade para avançar na agenda de fertilizantes e da bioeconomia não foi aproveitada. Na ocasião, observou-se que lideranças importantes passaram a defender uma indústria nacional de fertilizantes químicos. Com relação aos conservadores, destacou que há um setor entre os produtores agropecuários que não é negacionista e se move por pragmatismo, reconhecendo que as mudanças climáticas estão afetando suas condições produtivas

e percebendo que a dependência excessiva de grandes corporações os prejudica. Afirmou, assim, que é necessário reconhecer a heterogeneidade existente entre os diferentes atores e setores, a fim de explorar soluções que contribuam para uma efetiva transição dos sistemas alimentares.

37. Finalizando, abordou algumas hipóteses para o futuro. Ressaltou que o Brasil sabe como sair do Mapa da Fome e organizar políticas e estratégias para enfrentar esse tema, mas que o principal desafio está em promover o acesso a uma alimentação adequada, coerente com os princípios da saúde e da sustentabilidade, o que demanda questões mais complexas e delicadas.
38. Ponderou, ainda, o desafio de manter o Brasil fora do Mapa da Fome, uma vez que essa condição não é definitiva. Para tanto, é necessário superar a “tripla monotonia” que caracteriza o sistema alimentar hegemônico no país, por meio de estratégias e coalizões capazes de sustentar essa agenda.
39. Destacou dois temas centrais: (i) a questão econômica e fiscal, incluindo os custos ocultos da manutenção dos sistemas alimentares, argumento que, segundo sua avaliação, tende a sensibilizar parcela dos segmentos conservadores; e (ii) o tema dos riscos à soberania, em suas diversas dimensões, como a soberania alimentar, a soberania energética e a soberania militar. Concluiu defendendo que a percepção desses riscos pode ser mobilizada como um elemento estratégico para impulsionar a transformação dos sistemas alimentares.
40. Elisabetta agradeceu a fala e reforçou que os elementos apontados evidenciam os efeitos da captura corporativa e seus impactos nas escalas local e global, sobretudo no Brasil, com todas as injustiças e desigualdades existentes, destacando a importância da participação de grupos diversos da sociedade civil na tomada de decisão. Ressaltou que o Consea tem debatido como essa transição dos sistemas alimentares precisa ser popular, mesmo quando incorpora tecnologia, considerando o potencial dessas inovações para aprofundar desigualdades e injustiças. Finalizou o comentário questionando quem efetivamente ganha, ganhou e continua ganhando com a insustentabilidade dos sistemas alimentares e com os custos ocultos a ela associados. Em seguida, passou a palavra à Vânia Marques, presidenta da Contag, agradecendo sua participação e destacando que a Contag integra o conjunto de organizações que compõem o Consea.
41. Vânia Marques cumprimentou a todos e agradeceu pelo convite. Iniciou a fala ressaltando que, em sua avaliação, a fome é resultado de um projeto de sociedade e que o sistema capitalista necessita da existência da fome como parte de sua dinâmica de funcionamento. Frisou que o agronegócio tem como base a exclusão.
42. Destacou, ainda, que o avanço do fascismo tem a fome e a guerra como algumas de suas consequências. Reforçou a necessidade de olhar para as guerras e seus impactos sobre as nações, mesmo sobre aquelas não envolvidas diretamente nesses conflitos. Pontuou que determinadas ações governamentais nesse contexto, inclusive aquelas consideradas progressistas, como o subsídio ao petróleo, evidenciam contradições

que emergem em momentos de crise e contribuem para o acirramento das disputas entre diferentes perspectivas de desenvolvimento.

43. Enfatizou que a agricultura familiar defende o campo não apenas como espaço de trabalho, mas também como espaço de vida, diferentemente da visão que atribui ao agronegócio, associada à promoção de paisagem hegemônica, ao monocultivo e à exclusão da diversidade, inclusive em seus aspectos culturais. Assim, afirmou que o projeto de sociedade que defende está fundamentado nos princípios da valorização humana, da sustentabilidade e da solidariedade. Segundo Vânia, a defesa desse projeto passa pela reforma agrária e pela distribuição de terras e renda. Em seu entendimento, o Brasil ainda não realizou uma reforma agrária capaz de alterar de forma significativa a estrutura de concentração fundiária, de modo que os avanços observados até o momento não teriam sido suficientes para modificar esse cenário.
44. Destacou que a agricultura familiar ocupa proporcionalmente uma parcela menor das terras agricultáveis (cerca de 23%), o que, segundo a sua avaliação, limita as possibilidades de expansão da produção sustentável e agroecológica no país. Argumentou, assim, que a concentração de terras permanece sob o controle de segmentos associados a um modelo de produção que considera excludente e concentrador, o qual também dificulta o fortalecimento de formas de produção mais sustentáveis. Nesse sentido, lembrou as dificuldades enfrentadas por produtores da agricultura familiar localizados próximos a grandes fazendas que fazem uso intensivo de agrotóxicos, inclusive por meio de drones, o que, conforme relatou, pode resultar na contaminação de produções agroecológicas.
45. Analisou que o avanço da extrema direita contribuiu para o retorno do país ao Mapa da Fome, em razão da extinção de elementos considerados basilares, como o Consea, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e os galpões da Conab. Para ela o aumento da fome não decorreu apenas da pandemia, foi também um projeto de governo da gestão passada. Assim, o resultado foi ver famílias inteiras na fila de ossos.
46. Destacou que, com a retomada do governo Lula, o Brasil saiu do Mapa da Fome, mas que ainda não foi possível promover mudanças na lógica de produção e consumo de alimentos no país. Ressaltou a necessidade de realizar mudanças estruturantes para consolidar políticas públicas e programas relevantes para a alimentação adequada e saudável da população, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Destacou, ainda, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) como política fundamental, mas ponderou que ele necessita de mudanças estruturantes, uma vez que o acesso ao crédito, embora importante, não é suficiente por si só, sendo necessário um conjunto de políticas capazes de garantir a estruturação da produção e das condições de vida no campo. Ressaltou, ainda, a importância dos programas de transferência de renda e do Cadastro Único (CadÚnico). Mencionou os Quintais Produtivos, reforçando o papel fundamental das mulheres na produção de alimentos no país.

47. Ressaltou a centralidade do modelo de produção de alimentos focado na agroecologia, por considerar que esse modelo favorece a diversidade alimentar, cultural e geográfica. Lembrou programas que promovem avanços na agroecologia e celebrou o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), mas destacou as dificuldades para o seu lançamento e o fato de que, paralelamente, setores ligados ao agronegócio no Congresso Nacional têm avançado em pautas de seu interesse, citando como exemplo a aprovação de novos agrotóxicos. Destacou a importância dos espaços de participação social para promover o acompanhamento e o aprimoramento de políticas públicas, enfatizando a importância do Consea.
48. Também trouxe à discussão a dimensão eleitoral e política, argumentando que as disputas nesse campo dificultam o avanço das pautas relacionadas à agricultura familiar. Ressaltou que a agricultura familiar continuará defendendo a superação do modelo capitalista e a transformação dos sistemas alimentares. Finalizou afirmando que não basta produzir de forma diferente, mas que é preciso também consumir de forma diferente. Ressaltou que a diversidade de produtos da cesta básica, que ainda não está predominantemente presente no consumo da população, é produzida pela agricultura familiar.
49. Antes de encerrar sua participação, Vânia pediu desculpas por uma incompatibilidade de agenda e informou que precisaria deixar a reunião mais cedo, não podendo permanecer para o debate.
50. A presidenta do Consea agradeceu a Vânia pelos importantes elementos trazidos em sua fala e lamentou sua ausência no debate, convidando-a a retornar após seu outro compromisso, caso fosse possível. Reforçou o quanto os resultados alcançados são, ao mesmo tempo, potentes e frágeis, em virtude do contexto político e histórico. Ressaltou que o campo popular precisa ser fortalecido, tanto por impulsionar boas iniciativas quanto por conseguir ocupar espaços políticos formais, fazendo tensionamentos e garantindo conquistas.
51. Lembrou a fala do Arilson, segundo a qual seria preciso ir além de nós mesmos, ressaltando a necessidade de ampliar a coalizão. Por outro lado, observou que a desconfiança e a insegurança em relação a essa ampliação estão associadas a uma trajetória de instabilidade política e a retrocessos na agenda decorrentes de mudanças de governo. Em seguida, passou a palavra à Valéria Burity, Secretária-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional e Secretária Extraordinária de Combate à Fome do MDS, agradecendo sua presença e parceria.
52. Valéria Burity agradeceu o convite e saudou os presentes. Com o objetivo de apresentar uma abordagem mais institucional e abrangente sobre os ministérios que compõem a Caisan, estruturou sua fala em torno do III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan), destacando resultados, desafios identificados e compromissos assumidos. Reforçou que a Caisan reiniciou suas atividades em um contexto de desmonte e de retrocessos na Política Nacional de Segurança Alimentar

e Nutricional (PNSAN) e no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), marcado pelo enfraquecimento das estruturas do Estado, pelo congelamento de recursos orçamentários e pelo aumento da pobreza e da insegurança alimentar e nutricional no país.

53. Ressaltou que o governo Lula assumiu o compromisso de recolocar no centro da agenda pública o combate à fome e de impulsionar o crescimento econômico, com redução de desigualdades sociais e da inflação. Nesse sentido, afirmou que a Caisan buscou fortalecer indicadores, mesmo diante de um governo de coalizão, com desafios de governabilidade e de sanções econômicas sofridas. Ainda assim, destacou que foi possível reconstruir a agenda de Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) no país e avançar no fortalecimento econômico com justiça social.
54. Lembrou os resultados alcançados e as prioridades adotadas, com destaque para a redução da fome, especialmente em lares chefiados por mulheres e pessoas negras, no meio rural e em regiões como o Nordeste. Destacou, ainda, a ampliação do acesso à alimentação adequada, com a redução da pobreza e das desigualdades sociais, bem como a retomada de temas estruturantes na narrativa governamental e na agenda pública, como a reforma agrária e a transição agroecológica.
55. Em seguida, reconheceu os desafios e a necessidade de avançar na redução das desigualdades ocasionadas por fatores estruturais. Acrescentou que, apesar do aumento real da renda e da melhoria dos indicadores econômicos, verifica-se uma pressão sobre a renda das famílias decorrente dos gastos com habitação, alimentação e transporte, além do endividamento em razão dos juros altos, afetando as famílias e o próprio estado de bem-estar social. Abordou, em seguida, outro desafio reconhecido no III Plansan, que é o acesso limitado à alimentação adequada e saudável e a existência de desertos alimentares, reconhecendo que apenas uma parcela minoritária das famílias consome frutas e hortaliças de forma regular e que a renda é um elemento relevante na definição das escolhas alimentares. Apontou desafios vinculados às mudanças climáticas como perdas agrícolas, quebras de safras, aumento de enchentes, secas e eventos climáticos extremos, bem como a redução de áreas cultiváveis, demandando adaptação dos sistemas alimentares. Reconheceu, ainda, a redução da área destinada ao cultivo de alimentos básicos para a população brasileira, além da dependência de importações, do uso intensivo de água na agricultura e da concentração da produção de alimentos em pequenos municípios, enquanto a população vive, cada vez mais, em municípios mais populosos. Nesse sentido, reforçou a necessidade de fortalecimento dos circuitos curtos da produção de alimentos, bem como da agricultura urbana. Também reconheceu limitações e lentidão na implementação de políticas públicas, destacando a necessidade de orçamento adequado e protegido, bem como o de aprimorar a articulação intersetorial nessa agenda, favorecendo a integração de políticas públicas e a consolidação do Sisan nos territórios. Quanto ao acesso à alimentação adequada e saudável, pontuou a importância de um cuidado especial com grupos altamente

vulnerabilizados, como pessoas em situação de rua. Além disso, ressaltou o contexto geopolítico internacional como um desafio estrutural multifatorial complexo, levando o governo a deslocar recursos e atuar para evitar um forte aumento nos preços dos alimentos e impactos na soberania alimentar.

56. Considerando os desafios, Valéria destacou os compromissos assumidos no III Plansan e na agenda preparatória desenvolvida no âmbito da Caisan. O primeiro deles é o fortalecimento do Sisan como mecanismo de governança, isto é, um espaço para definições a respeito de recursos, processos, distribuição de poder, instâncias de participação social, pactuação e articulação, com foco na efetivação da alimentação adequada e saudável e da transição dos sistemas alimentares. Assim, há no Plano um conjunto de ações para fortalecer o Sisan por meio do controle social, da pactuação interfederativa, do cofinanciamento, da organização baseada em instrumentos e indicadores de monitoramento, da atuação integrada dos ministérios, da formação de agentes públicos e sociais e de protocolos intersetoriais, tais como aqueles voltados à ampliação das compras públicas da agricultura familiar e ao aprimoramento da resposta governamental para a garantia da SAN em contextos de calamidade e emergência. Destacou, ainda, a destinação de recursos para pesquisas nas áreas da SAN, agricultura familiar, economia solidária, agroecologia, bioinsumos, pesca artesanal e transformação digital no campo.
57. Outro compromisso destacado, vinculado ao Anúncio 2 do Plansan, é o avanço na superação da fome, com ações efetivas e contínuas de ampliação da renda e do acesso a políticas públicas, considerando a “porta giratória” da superação da fome, isto é, uma condição que não é definitiva e pode retroceder rapidamente, em especial quando não são superadas as causas estruturais. Esse anúncio visa alcançar os territórios e os públicos mais afetados pela fome, garantindo que a população em situação de insegurança alimentar acesse os serviços e sistemas públicos de proteção e promoção social. Nesse sentido, destacou o Plano Brasil Sem Fome, que tem como premissa uma política econômica vinculada ao desenvolvimento social, capaz de garantir a redução da desigualdade no país, uma política de cuidados, o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos de identificação e alcance dos públicos ainda em situação de insegurança alimentar grave.
58. Destacou que o setor da saúde se comprometeu, na Caisan, a manter e ampliar o cofinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS) com critérios de equidade, incluindo o financiamento retomado para populações ribeirinhas, quilombolas e pessoas privadas de liberdade, bem como o apoio aos municípios para qualificar a atenção primária à saúde, com destaque para a aplicação e ampliação da triagem de risco de insegurança alimentar, que hoje permite identificar famílias em risco de insegurança alimentar. Esses dados estão sendo cruzados com o Cadastro Único (CadÚnico) para orientar um processo de mobilização dos governos federal, estaduais e municipais voltado à inclusão dessas pessoas em políticas públicas.

59. No Anúncio 3 do Plansan, vinculado à garantia do acesso à terra e à água no campo e na cidade, foram organizadas ações para fortalecer as políticas de acesso à terra e de regularização fundiária, tais como os programas de reforma agrária, de crédito rural e o Cadastro Ambiental Rural (CAR), entre outros, além de estratégias para viabilizar o acesso regular à água, citando os programas Cisternas e Água Doce.
60. O Anúncio 4 é voltado para a ampliação da resiliência dos sistemas alimentares e a redução de sua vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas. Destacou que é importante criar mecanismos que garantam a estabilidade da produção, da disponibilidade e do acesso aos alimentos, bem como fortalecer a capacidade de resposta dos governos para garantir a SAN às populações e aos territórios mais afetados por eventos climáticos extremos. Ressaltou, ainda, a necessidade de implementar um conjunto de ações para mitigar os impactos e promover a adaptação dos sistemas alimentares às mudanças climáticas, estimulando a adoção de práticas de produção sustentável e agroecológica.
61. Citou alguns exemplos: o Plano Clima; o Marco de Referência dos Sistemas Alimentares, com governança multinível; o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo); as estratégias incluídas no Plano Safra da Agricultura Familiar; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); o Ecoforte; o Mais Alimentos; e a Estratégia Intersetorial de Redução de Perdas e Desperdícios de Alimentos. Destacou, ainda, o compromisso de consolidar a agricultura familiar como base para a transformação dos sistemas alimentares.
62. No Anúncio 5 do Plansan, informou que há o compromisso de adotar um conjunto de ações voltadas à garantia de que a população possa consumir alimentos saudáveis, agroecológicos, produzidos pela agricultura familiar, urbana, periurbana e por povos indígenas e comunidades tradicionais, fortalecendo esses segmentos como pilares do abastecimento alimentar no país. As estratégias do anúncio estão centradas no Plano Nacional de Abastecimento Alimentar.
63. Lembrou, ainda, do Anúncio 6 do Plansan, que contempla o compromisso de reduzir todas as formas de má nutrição por meio do Marco de Cultura Alimentar, da agenda de SAN no SUS e no SUAS, da Estratégia Amamenta Brasil, da Estratégia Intersetorial de Prevenção da Obesidade e da avaliação dos impactos da implementação progressiva da reforma tributária. O conjunto de ações visa aumentar o consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados, reduzir o consumo de alimentos ultraprocessados, enfrentar a persistência e a coexistência de múltiplas formas de má nutrição e promover ambientes alimentares que incentivem a alimentação adequada e saudável.
64. Outro compromisso destacado, vinculado ao Anúncio 7 do Plansan, foi o de garantir o DHAA da população negra, indígena, quilombola e de todos os povos e comunidades tradicionais (PCTs), com enfrentamento do racismo e promoção da equidade de gênero. O anúncio inclui um conjunto de ações, planos e protocolos voltados aos povos indígenas, com destaque para a Política Nacional de Gestão Territorial e

Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI); aos quilombolas, citando o Programa Aquilombola Brasil; aos pescadores artesanais, lembrando do Plano Nacional e do Fórum Nacional; aos ciganos e a outros PCTs, ações para a garantia de seus territórios e à adaptações nos sistemas de saúde e de assistência social, entre outras.

65. Valéria informou que o Anúncio 8 do Plansan visa à atuação coordenada e intersetorial do governo brasileiro na implementação da cooperação internacional na área de SAN, à ampliação da participação social nos espaços internacionais de governança da SAN e à difusão do modelo brasileiro de governança intersetorial e participativa, fortalecendo a agenda de SAN e a atuação do Brasil em espaços multilaterais. Destacou que o Sisan foi incluído na cesta de políticas da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza e abordou um conjunto de ações implementadas com o objetivo de honrar esse compromisso.
66. Reconheceu ainda ações consideradas insuficientes e sem orçamento adequado, tais como a reforma agrária e a redução do uso de agrotóxicos, entre outras, citando uma série de propostas que foram feitas para o próximo Plano Plurianual (PAA). Ressaltou que, apesar dos desafios existentes, é preciso valorizar a conquista do Brasil ao sair do Mapa da Fome e os avanços na agenda de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), em um contexto de crises econômica, política e social no Brasil e no mundo.
67. Lembrou que existem projetos distintos em disputa: o projeto da comida como mercadoria, marcado pela concentração da terra e do território e um modelo de exploração que ultrapassa todas as fronteiras na sua relação com as pessoas e com a natureza; e o projeto dos sistemas alimentares que defendemos, no qual os sujeitos estão no centro e que tem potencial para caminhar para a garantia de soberania alimentar, tão importante para nós.
68. Finalizou destacando que a democracia se mantém em risco, devido ao avanço do neofascismo (uma forma atualizada de autoritarismo ligado à extrema direita), e que, no Brasil, esse fenômeno tem raízes históricas, sendo muito importante que estejamos organizados como sociedade, em defesa da democracia e dos avanços na agenda da SAN. Por fim, agradeceu a oportunidade de apresentar as reflexões da Caisan.
69. Elisabetta agradeceu a fala da Secretária Valéria e solicitou que a participação das(dos) conselheiras(os) no debate fosse feita por meio do chat ou do recurso de levantar a mão. Antes, informou a impossibilidade de participação do Secretário-Executivo da SG/PR, Josué Augusto do Amaral Rocha, que participaria da plenária representando o Ministro Boulos, o qual pediu desculpas pela ausência. Em seguida, passou a palavra à Secretária-Executiva do Consea, Marília Leão, para fazer uma breve manifestação em seu nome.
70. Marília informou que o Secretário-Executivo da SG/PR enviou uma saudação ao Consea, dizendo que estava sempre acompanhando a agenda do Conselho, mas que não conseguiu estar presente por ter compromissos vinculados à Feira da Cidadania,

em Fortaleza. Informou, ainda, que o Ministro Boulos havia entregue, na Câmara dos Deputados, no dia anterior à plenária, um projeto de lei que prevê o fim da escala 6x1, considerada uma agenda prioritária para o governo e para a sociedade civil, e solicitou apoio na divulgação da proposta. Além disso, compartilhou a boa notícia de que haviam conseguido recursos junto à Caisan para financiar a vinda de representantes da sociedade civil dos estados ao Encontro+2. Sobre o Encontro, destacou que faria um informe a esse respeito no final da plenária.

71. Elisabetta retomou a palavra celebrando os novos recursos e a possibilidade de participação da sociedade civil dos estados. Considerou essa uma conquista importante, devido ao perfil de parte dos governadores e à possibilidade de não financiamento da participação da sociedade civil. Em seguida, abriu o debate.

III. Diálogo com a Plenária

72. Inês, coordenadora da CP2 e representante da Abrasco, agradeceu pelas falas. Perguntou a Arilson sobre o processo político para o estabelecimento de estratégias voltadas à construção dessa coalizão. Solicitou que mencionasse os atores e os processos que devem ser fortalecidos ou construídos, bem como aqueles que demandam maior atenção por estarem ameaçados.
73. Jônia, coordenadora da CP4 e representante do Movimento Nacional pelos Direitos Humanos (MNDH), cumprimentou todos os presentes, ressaltou que as falas foram muito importantes e parabenizou Sofia Monsalve, eleita Relatora Especial das Nações Unidas para o Direito à Alimentação. Trouxe uma análise sobre a conjuntura geopolítica internacional, destacando que o Irã é estratégico tanto para a China quanto para a Rússia, membros dos BRICS, e que isso é parte de um movimento mais amplo, de uma questão unipolar, que tenta se tornar multipolar. Observou que o Brasil, como membro fundador dos BRICS, possui um papel significativo nesse contexto. Assim, avaliou que, diante do cenário geopolítico atual, o Brasil pode tornar-se alvo, com possíveis impactos sobre a sua soberania.
74. Reforçou, ainda, que o debate sobre terras raras e sua relação com a alimentação é motivo de preocupação e pode trazer impactos para o processo eleitoral brasileiro. Compartilhando suas preocupações, questionou como superar essas questões. Em resposta, Elisabetta comentou que, apesar de compreender sua preocupação, não há espaço para desânimo e que existem muitas expectativas em relação ao mandato de Sofia Monsalve.
75. Glenn Makuta, membro da CP3 e representante do Slow Food, agradeceu as falas, classificando-as como incríveis e pertinentes. Comentou sobre suas reflexões a respeito das questões climáticas, destacando que os sistemas alimentares atuais são dependentes do petróleo, o que contribui para o agravamento da crise climática. Afirmou que aceitar níveis de aquecimento global acima de 1,5º C significa aceitar que o lucro vale mais do que a vida. Retomando a fala de Arilson, ressaltou que o

sistema econômico capitalista incentiva a monotonia. Perguntou como é possível enxergar uma saída para a crise climática dentro desse sistema.

76. Elisabetta Recine, presidenta do Consea e representante da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável (AAAS), pediu que Sofia comentasse mais sobre o campo popular e os movimentos da sociedade civil como eixos estratégicos para o avanço das propostas e dos compromissos. Pediu, ainda, que Sofia abordasse os espaços que se intitulam como de governança da agenda de segurança alimentar e nutricional, a legitimidade desses espaços e os caminhos existentes para superar a “pulverização”.
77. Roseli Zerbinato, coordenadora-geral da Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar - SEAB/MDA, relatou que se entusiasmou com as falas e parabenizou todos os participantes. Destacou a fala de Arilson sobre a superação da tripla monotonia. Lembrou a afirmação de que tirar o Brasil do Mapa da Fome não é um “campeonato ganho”, mas um processo que demanda atenção constante.
78. Reforçou a importância do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Planab), lembrando o papel fundamental do Consea em seu processo de construção, em especial neste cenário de mudanças climáticas, instabilidades econômicas e conflitos que impactam diretamente os sistemas alimentares. Ressaltou que se trata de um plano novo e que, enquanto já estamos na terceira edição do Plansan e do Planapo, este é o primeiro Planab. Destacou que o contexto exige atenção do Estado, especialmente diante dos efeitos sobre o custo da cesta básica e a inflação.
79. Afirmou que o Planab pode se constituir em uma resposta estruturante do Estado brasileiro, tendo em vista que articula produção, comercialização, estoques públicos, equipamentos de abastecimento e redes territoriais. Ressaltou ainda os processos de monitoramento em curso, no âmbito do Comitê Gestor da Política Nacional de Abastecimento Alimentar. Elisabetta comentou que o Consea tem acompanhado atentamente o Planab, vocalizado a importância de que ele receba a prioridade política e orçamentária que merece.
80. André Biazoti, conselheiro do Consea, representando o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana - CNAU e membro da CP3, agradeceu as falas e reconheceu que as dificuldades já estão colocadas e foram explicitadas. Refletiu que, muitas vezes, o debate sobre sistemas alimentares enfatiza a agricultura familiar e os desafios do campo, sem destacar de forma adequada o papel de movimentos urbanos, como a agricultura urbana, a redução de perdas e desperdícios, os movimentos de moradia e de catadores e catadoras de materiais recicláveis, bem como o enfrentamento da problemática dos resíduos sólidos. Destacou que isso pode ser um problema, sobretudo quando se considera que o espaço urbano concentra a maioria dos consumidores que não têm acesso à alimentação adequada e saudável. Questionou como a mesa visualiza essa questão urbana.
81. Ana Maria Maya, conselheira do Consea representando o Instituto de Defesa de Consumidores - IDEC e membro da CP2, agradeceu as falas, destacando sua riqueza e

sua relação com a plenária passada. Ao abordar as falas de Sofia e de Arilson, mencionou estudos da FAO segundo os quais as dietas saudáveis na América Latina estão entre as mais caras do mundo, ao mesmo tempo em que a região reúne alguns dos maiores produtores de alimentos e uma expressiva sociobiodiversidade. Além disso, destacou o protagonismo da região na construção de soluções para a transição para sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis e resilientes. Perguntou a Sofia como ela vê essa contradição e qual é a perspectiva da região sobre o tema. Concordou com Arilson ao afirmar que o tema do custo da alimentação será cada vez mais pautado e destacou uma conversa com alguns especialistas sobre o tema, realizada em 2025, no âmbito do Idec, na qual foi dito que não existe uma “bala de prata” para resolver esse problema dos custos na alimentação no Brasil, porque ele é determinado por fatores estruturais que dialogam com a prioridade do modelo agroexportador e com as políticas públicas insuficientes e ainda desarticuladas para o abastecimento e a regulação alimentar no Brasil. Considerando essa multiplicidade de fatores que influenciam o custo da alimentação, questionou Arilson como é possível atuar nesse contexto. Acrescentou, ainda, comentários sobre o debate dos bioinsumos e da agropecuária regenerativa e sobre a forma como esses conceitos vêm sendo apropriados pelo agronegócio. Por fim, questionou Arilson sobre os custos ocultos citados em sua exposição e perguntou se a Cátedra tem avançado nesses estudos, uma vez que esse tema representa um caminho importante para se avançar nas políticas regulatórias para enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e pode também contribuir para a transição dos sistemas alimentares.

82. Débora Rodrigues, conselheira do Consea representando o Fórum Nacional de Economia Solidária e membro da CP1, saudou os presentes e trouxe uma reflexão sobre a fala de Arilson e do papel do capital, que também atua nessa dinâmica de transição, buscando algumas práticas mais sustentáveis. Lembrou que, na Bahia, têm sido realizados debates sobre o impacto das eólicas e sua relação com a produção de alimentos. Questionou como aprimorar o enfrentamento desse problema, considerando seus impactos violentos sobre os territórios, trazendo a questão da sustentabilidade e da produção de energia. Além disso, trouxe a questão dos territórios urbanos, reforçando a importância não só da reforma agrária, mas também da reforma urbana. Questionou como se articulam, nos territórios urbanos, as questões da segurança alimentar e nutricional e da segurança pública, já que esta última parece produzir impactos sobre a SAN nesses territórios.
83. Elisabetta agregou à discussão o comentário de Sandra Marli da Rocha Rodrigues, conselheira do Consea, representante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e membro da CP3, enviado via chat, sobre o recente acordo entre o Paraguai e os Estados Unidos para permitir a entrada de forças de segurança estadunidenses no Paraguai, na região de fronteira com o Brasil, bem como sobre o interesse

crescente pela energia produzida por Itaipu, o que acrescenta mais complexidade ao cenário geopolítico regional, particularmente à região de fronteira.

84. Larissa Maria Lima Costa, coordenadora-geral da Coordenação-Geral de Segurança Alimentar e Nutricional (CGSAN/MRE), parabenizou as exposições realizadas. Mencionou que leu o livro de Arilson, com o Abramovay, que aborda a questão das três monotonias, reiterando a importância desse debate. Destacou que o Brasil segue como uma referência regional e global no combate à fome e à pobreza, havendo, na região, experiências baseadas nas iniciativas brasileiras e em outras inovadoras, citando o exemplo do Equador em relação aos circuitos curtos de abastecimento. Fez coro à fala de Arilson sobre a importância de construir uma estratégia e buscar pontos de contato com diferentes atores e afirmou que gostaria de ouvir mais sobre os custos ocultos. Finalizou ressaltando que o MRE continua à disposição, colaborando com essa agenda e com a articulação dos diferentes atores dos sistemas alimentares, tanto no Brasil quanto nos espaços de atuação internacional.
85. A presidenta do Consea passou a palavra aos os palestrantes, solicitando que fossem sucintos, considerando o avançar da hora, e que apresentassem uma abordagem geral sobre as discussões.
86. Sofia agradeceu todos os comentários e informou que abordaria as perguntas que foram diretamente direcionadas a ela. Começou tratando do tema levantado por Sandra Marli, representante do MMC, sobre a questão do Paraguai e a reestruturação dos territórios a partir da força bruta (militar) e de um capitalismo desenfreado, indicando que esse tema é central e exemplifica os pontos principais de sua fala. Destacou que isso ocorre atualmente em Gaza, no Sudão e no Congo.
87. Acrescentou, ainda, que a guerra no Irã demonstra como os “centros de dados” se tornaram objetivos militares. Frisou que, para além das questões vinculadas à grande quantidade de água limpa necessária para seu funcionamento, estes centros passaram a ser mecanismos de dominação, sendo difícil separar onde estão as nuvens de informação militar e onde estão as nuvens de uso civil. Lembrou que há forças políticas na América Latina alinhadas a esse projeto, sendo em alguns países forças dominantes e que ocupam a presidência. Assim, destacou que há sim uma disputa de domínio entre países, sendo necessário dar a devida atenção a essa agenda, a partir de uma perspectiva de promoção da paz. Lembrou o papel do presidente Lula, mas também do presidente Petro, na articulação de uma agenda continental de paz. Ressaltou que a paz e alimentação são princípios para a proteção à vida.
88. Respondendo à pergunta da Elisabetta sobre os desafios da governança global, Sofia declarou que não possui uma resposta mágica, indicando que este é um processo que demanda discussão contínua e investimento de longo prazo. Frisou que o caso da África do Sul, ao abrir um processo contra Israel sob a acusação de genocídio, é muito importante, destacando que o número de países apoiadores tem aumentando. Segundo ela, nesse caso, estamos reescrevendo o direito internacional, buscando um caminho que dê conta da aspiração de libertação dos povos.

89. Para ela, isso significa que temos que seguir defendendo o Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA), que a FAO institucionalize a participação social e adote uma agenda regulatória que permita novos marcos de cooperação com foco em comércio, inteligência artificial e digitalização nos sistemas alimentares. Destacou que esses temas também precisam ser levados a novos espaços, tais como os BRICS, que ainda não possuem mecanismos consolidados de participação social, de forma persistente e paciente, mesmo conhecendo as resistências existentes. Ressaltou, ainda, a necessidade de prestar atenção ao movimento dos povos. Afirmou que a reação aos acontecimentos em Gaza está vindo de jovens, movimentos populares e sindicatos, que estão na ponta. Destacou que é preciso estar conectado aos movimentos populares de resistência e, ao mesmo tempo, aos espaços de governança existentes, que devem ser aprofundados e transformados.
90. Finalizando a fala, afirmou que não entendeu muito bem se o Conselho Popular de Política Exterior já está estabelecido, mas que ele lhe parece ser fundamental. Pontuou que não podemos atuar politicamente apenas em nível nacional, pois é necessária uma articulação transnacional. Destacou que, se as forças progressistas do Brasil não se juntarem às da Colômbia e do México, por exemplo, para formar uma aliança, não será possível avançar em certas pautas, considerando que a direita está bem articulada internacionalmente, com uma agenda de militarização política e de coerção. Concluiu afirmando que precisamos continuar tecendo alianças entre cidade e campo.
91. Elisabetta agradeceu a Sofia e agregou um comentário, apontando como as organizações brasileiras e os movimentos sociais mantêm laços de solidariedade com movimentos da região, mas ressaltando que é preciso avançar para um novo patamar, uma vez que o impacto em um país afeta também os demais. Em seguida, passou a palavra a Arilson.
92. Arilson comentou que o tempo não permite dialogar a fundo, mas que trataria dos aspectos que considerou mais essenciais. Iniciou pelo questionamento de Glenn, ressaltando que, de sua parte, não há nenhum amor ou ilusão em relação ao capitalismo, que é um regime de exploração e produção de desigualdades. Abordou dois pontos sobre essa pergunta, que considera importantes: (i) não se pode esperar o fim do capitalismo para propor soluções, ainda que a crítica ao sistema seja necessária e relevante. Assim, esclareceu que sua crítica se dirigia àqueles que defendem que as soluções somente poderiam ocorrer após o fim do capitalismo. (ii) a saída do Brasil do Mapa da Fome, a ampliação de direitos e outras conquistas foram feitas mesmo sem o fim do capitalismo, sendo preciso pensar uma agenda climática de transição dos sistemas alimentares ainda dentro do capitalismo, pois não vê o fim desse sistema no horizonte imediato e há necessidade de respostas imediatas. Acrescentou que acredita que o sistema capitalista tende ao fim, assim como outros sistemas socioeconômicos, mas não há garantia de que o que virá depois será um modelo melhor, sendo importante muita atenção.

93. Sobre a questão levantada por Jônia a respeito do contexto eleitoral, Arilson avaliou que, atualmente, os debates possuem um caráter quase plebiscitário e estão focados no passado, o que não dialoga com a juventude nem com a agenda e os projetos de futuro. Observou que a maior parte dos jovens é composta por eleitores que nasceram após os anos 2000 e que, por isso, o debate não pode mais estar pautado no medo, mas sim no desejo e na construção de projetos de futuro. Ressaltou que não sabe como fazer isso, pois essa tarefa demanda uma construção política por parte dos atores sociais, e não apenas uma elaboração técnica.
94. Dialogando com os comentários de Inês e de Larissa, avaliou que a estratégia política de coalizões e blocos deveria ser realizada em dois níveis: o primeiro, junto àqueles com os quais compartilhamos valores, como forças populares, movimentos sociais e trabalhadores; e o segundo, com aqueles que pensam de forma diferente, o que é mais difícil. Destacou que os processos de transição ao longo da história sugerem que mudanças duradouras são construídas em coalizões plurais, que incluem os diferentes. Assim, mesmo com sua formação marxista, reconheceu que, sem a adesão de uma parte das elites, torna-se muito difícil sustentar uma agenda de médio prazo, pela simples razão de que as elites detêm poder. Por isso, a questão seria como dividir as elites para que parte delas possa aderir a uma agenda que atenda aos interesses do bloco popular.
95. Citou exemplos históricos em que esse processo ocorreu, como a Revolução Francesa; a aliança de 1930 no Brasil e, mais recentemente, o processo de redemocratização do país. Citando uma pesquisa que está realizando sobre o pensamento empresarial, destacou que, no contexto do agronegócio, existe uma parcela desse segmento que começa a compreender que o projeto atual é insustentável e que há uma ilusão sobre a parceria econômica entre a China e o Brasil como mercado garantido para a venda de soja. Além disso, ponderou que a crise climática representa um risco ao papel agroexportador desempenhado pelo agronegócio brasileiro. Sugeriu que, para além da defesa da democracia e de movimentos que evitem retrocessos nos próximos quatro anos, é importante refletir sobre o lugar que o Brasil deseja ocupar daqui a 30 anos, para que não fiquemos reféns de um projeto de curto prazo e baseado no medo, sem mobilizar o desejo, conforme mencionado anteriormente.
96. Frisou que a incorporação de tecnologias conservacionistas por alguns setores não é suficiente para promover a sustentabilidade; ao contrário, essa incorporação traz soluções parciais baseadas em um paradigma atomista, quando o que se necessita é de um paradigma sistêmico. Relatou que há uma transição em curso, mas, como ela não está sendo orientada por uma estratégia, ela acabará levando a uma transição para uma agropecuária de baixo carbono, sem que isso signifique, necessariamente, uma agropecuária sustentável e justa. Defendeu que as estratégias sejam pautadas em valores de justiça e em uma transição efetiva. Nos últimos 50 anos, o sistema agroalimentar brasileiro se sustentou no paradigma de aumentar a produção e estabilizar a oferta alimentar para um mundo em crescimento, objetivo que foi

alcançado, porém com muitos custos. Argumentou que é preciso convencer uma parcela importante da sociedade de que, sem uma mudança mais estrutural, não será possível assegurar uma alimentação saudável e sustentável. Por fim, defendeu ser fundamental reconciliar as narrativas.

97. Elisabetta agradeceu Arilson pelos comentários finais e destacou o comentário adicional de Sofia Monsalve no chat, que relatou ter esquecido de mencionar a questão dos custos da alimentação saudável. Segundo ela relatou, esse é um tema presente na agenda do prefeito Mamdani, em Nova York, que anunciou naquela semana que iria abrir um mercado público. Mencionou ainda que existem exemplos, inclusive nos Estados Unidos, de grandes mercados públicos, voltados para o exército, que permitem desconcentrar o mercado de distribuição e estabelecer uma nova relação entre produtores e consumidores. Antes de passar a palavra à Valéria para os comentários finais, fez uma brincadeira com Arilson, pedindo que, aproveitando a pesquisa que ele está realizando sobre o pensamento empresarial, coloque um “chip” nas pessoas que encontrar entre as elites brasileiras que eventualmente possam fazer parte dessa coalizão, pois não tem sido fácil encontrá-las.
98. Valéria valorizou o fato de que a discussão atual suscita um diálogo com a temática da próxima plenária do Consea. Reiterou que, na análise da correlação de forças, apontada por Arilson, é necessário dialogar com os diferentes, reconhecendo os desafios para que isso ocorra, ainda mais em um contexto no qual os algoritmos acabam nos colocando em bolhas.
99. Sobre os apontamentos de André, reforçou a necessidade de avanço na agenda alimentar urbana como um tema estratégico. Dialogando com as colocações de Jônia, indicou que a questão do endividamento familiar e das apostas faz com que as famílias brasileiras tenham uma percepção diferente da economia brasileira em comparação com o que demonstram os indicadores econômicos oficiais, o que representa um desafio. Nesse sentido, convidou a sociedade civil a apoiar esse processo de comunicação com a população em geral, de modo a evitar retrocessos. Indicou que precisamos também trabalhar com os “desejos” e os “sonhos” na pauta progressista e no campo da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Reforçou o Sisan, foco central da próxima plenária, como um espaço de governança para discutir a distribuição de poder, o acesso à alimentação, a intersetorialidade e a participação social.
100. Elisabetta agradeceu a Valéria e aos demais integrantes da mesa. Destacou a importância desse debate e agradeceu a participação de todas e todos. Comentou que a força do Consea se traduz pela presença da sociedade civil, mas se reforça e se legitima também por meio do debate e da presença do governo. Em seguida, passou a palavra à Secretaria-Executiva do Consea para a apresentação dos informes.

IV. Informes

101. Marília Leão iniciou sua fala informando a Sofia, Arilson, Vânia e Valéria sobre o registro das falas, realizado pela Secretaria-Executiva do Consea e que a transcrição seria enviada a eles para revisão, para posterior divulgação em ata.
102. Na sequência, Marília seguiu para os informes. Ressaltou que as atividades prévias ao Encontro Nacional da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional + 2 Anos estão em plena realização, informando que um *card* foi elaborado e publicado nos grupos de WhatsApp para destacar as principais etapas preparatórias ao Encontro, previsto para junho de 2026.
103. Ressaltou que a atual plenária é um diálogo temático preparatório para o Encontro e que a reunião plenária presencial de maio também é parte da preparação para o Encontro, cujo tema será o Sisan. Acrescentou que, no dia 18 de maio, foi agendado o diálogo temático sobre Mudanças Climáticas e que, nos dias 8, 9 e 10 de junho, será realizado o Encontro Nacional.
104. Ressaltou que se trata de um evento pequeno, com o objetivo de fazer um balanço do III Plansan e de se constituir como espaço de debate da agenda de futuro para a 7ª CNSAN. Pontuou o perfil dos participantes do Encontro: conselheiros(as) nacionais do Consea titulares e suplentes, tanto de governo quanto de sociedade civil, e representantes das unidades federativas (seis vagas, sendo duas para gestores das Caisans Estaduais/Distrital e quatro vagas para conselheiros da sociedade civil dos Conseas Estadual/Distrital, das quais uma será destinada às presidências dos Conseas).
105. Informou que conseguiram financiamento para custear as passagens e diárias dos representantes estaduais da sociedade civil. Informou, ainda, que as inscrições estão sendo realizadas em dois grupos, conforme indicado no Comunicado nº 2, enviado anteriormente. No primeiro grupo, que já recebeu o link do formulário de inscrição, estão as(os) conselheiras(os) titulares e suplentes do Consea Nacional e as(os) presidentes dos Conseas estaduais e distrital.
106. Ressaltou que a expectativa era de 122 inscrições no primeiro grupo, mas, até aquele momento, só haviam sido feitas 50 inscrições. Lembrou que o prazo para inscrição do primeiro grupo se encerra em 26 de abril, quando serão emitidas as passagens e as diárias dos participantes custeados pelo Consea, os quais são responsáveis por sua própria hospedagem e alimentação.
107. O segundo momento de inscrições se inicia em 27 de abril, sendo voltado para os três representantes da sociedade civil das UFs, representantes governamentais e convidados. Reforçou o pedido para que as inscrições sejam feitas o mais breve possível, em decorrência da tendência de aumento dos preços das passagens aéreas.
108. Elisabetta solicitou que as dúvidas sobre este informe fossem registradas no chat para que a Secretaria-Executiva do Consea pudesse respondê-las. Em seguida, passou a palavra à Coordenadora-Geral do Consea para apresentar as orientações sobre o momento da tarde.

109. Elaine Pasquim lembrou que o segundo momento da plenária começaria às 14h30, com a realização da reunião das Comissões Permanentes do Consea (CPs) e da Comissão de Presidentes de Conselhos Estaduais e Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional (CPCE). Sinalizou também que os representantes da Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome (SECF) estariam disponíveis para participação das reuniões das CPs. Por fim, compartilhou no chat da reunião o link com a pauta das reuniões das CPs.

110. Elisabetta reforçou que a agenda seria publicada nos grupos pela equipe do Consea. Finalizou fazendo um balanço de que a discussão foi muito valiosa e lembrou todos sobre a próxima plenária, nos dias 5 e 6 de maio de 2026.

V. Aprovação da Ata

A presente Ata foi aprovada por unanimidade pelo Plenário do Consea na 4ª Reunião Plenária Ordinária de 2026, no dia 04 de agosto de 2026. Encerrada a reunião, eu, Marília Mendonça Leão, Secretária-Executiva do Consea, lavrei e assinei a presente ata.

Documento assinado digitalmente
 **MARILIA MENDONÇA LEAO**
Data: 20/08/2026 16:18:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARÍLIA MENDONÇA LEÃO

Secretária-Executiva

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

ANEXO A

PAUTA APROVADA PARA A 2ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA 2026

2ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA 2026 – Mandato 2025-2027

Dia 16/04/2026 - 2ª Reunião Plenária Ordinária (remota)

9h - 9h30 Abertura e Boas-Vindas

- Elisabetta Recine, Presidenta do Consea
- Josué Augusto do Amaral Rocha - Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República, representando o Ministro Boulos (SG-PR)

9h30 - 11h00: Brasil fora do Mapa da Fome e desafios para ampliar o reconhecimento da importância e legitimidade da agenda de SSAN/DHAA para além da fome

- Moderação: Elisabetta Recine – CONSEA

- Contexto geopolítico mundial e as relações com a agenda de SSAN - Sofia Monsalve. FIAN Internacional e Relatora Especial para o Direito Humano à Alimentação Adequada das Nações Unidas (ONU) – 20 min (confirmada)
- Contexto nacional e a agenda de SSAN - Arilson Favareto. Cátedra Josué de Castro - 20 min
- Contexto nacional e a agenda de SSAN na perspectiva dos movimentos sociais - Vânia Marques - Presidenta da Contag – 20 min (confirmada)
- Prioridades e estratégias para manter o compromisso das políticas públicas nacionais da agenda de governo para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional frente ao cenário geopolítico. Valéria Burity - Representante da CAISAN – 20 min (confirmada)

11h00 - 12h00: Diálogo com a Plenária

12h00 - 12h30: Informes

12h30 - 14h30: Almoço

14h30 - 18h: Reuniões remotas das Comissões Permanentes e Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais (CPCE)